

VI Colóquio Internacional

“Educação e Contemporaneidade”



São Cristovão-SE/Brasil
20 a 22 de setembro de 2012

EDUCAÇÃO DO CAMPO, CURRÍCULO E FORMAÇÃO DE PROFESSORES: RETRATOS DE UMA REALIDADE

Edna Souza Moreira¹
Luiz Ricardo Braga²

Eixo 16. Educação, Educação no Campo, Movimentos Sociais

Resumo

Este artigo apresenta reflexões sobre o currículo e a formação do educador que atua em escolas do campo, a partir de dados coletados durante o desenvolvimento do curso de extensão “Educação e Suas Especificidades no Contexto do e no Campo: mapeando a realidade de Bom Jesus da Lapa-BA”. Esse trabalho traz o olhar dos sujeitos que vivenciam cotidiano das escolas do campo nas funções de professores e de coordenadores, mostrando os desafios enfrentados para desenvolver um trabalho que integre os saberes acadêmicos aos saberes do cotidiano dos camponeses, a fim de construir uma proposta de educação que seja um espaço de reflexão sobre as tensões existentes entre os grupos que dominam e aqueles que são vítimas desse processo. Os dados coletados mostram que apesar das dificuldades, o município de Bom Jesus da Lapa vem investindo para construir uma proposta de educação que contemple as especificidades do modo de vida do homem do campo.

Palavras- Chave: Formação. Currículo. Educação do Campo.

FIELD OF EDUCATION, CURRICULUM AND TEACHER: PORTRAITS OF A REALITY

Abstract

This article presents some thoughts about the curriculum and teacher education that works in schools of the field, from data collected during the development of the extension course "Education and Their Specificities and the Context of the Field: Mapping the reality of Bom Jesus da Lapa, Bahia." This work brings the look of the subjects who experience daily life of rural schools in the roles of teachers and coordinators, showing the challenges faced in developing a work that integrates academic knowledge to the knowledge of the daily life of peasants in order to build an education proposal it is a space for reflection on the tensions between the groups that dominate and those who are victims of this process. The collected

¹ Pedagoga e Mestre em Educação e Contemporaneidade pela Universidade do Estado da Bahia- UNEB, professora do Campus XVII desta mesma instituição e membro do grupo de pesquisa em Educação do Campo e Contemporaneidade. Email: esmoreira@uneb.br.

² Pedagogo e Especialista em Gestão Educacional, é Professor e Coordenador da Educação Básica, cursista do grupo de extensão em Educação e Sua Especificidades no Contexto do e no Campo: mapeando a realidade de Bom Jesus da Lapa-BA. Email: braga.uneb@gmail.com

data show that despite the difficulties, the city of Bom Jesus da Lapa is investing to build an education proposal that addresses the specific way of life of the peasant.

Keywords: Training. Curriculum. Rural Education

Introdução

As reflexões apresentadas neste artigo são resultados de um processo de leitura, pesquisa e registro de muitas narrativas, que aconteceram no primeiro semestre de 2012 no grupo de pesquisa e extensão Educação e Suas Especificidades no Contexto do e no Campo: conhecendo a realidade de Bom Jesus da Lapa-BA.

Esse projeto nasceu da necessidade de maior inserção da Universidade nos assuntos educacionais do município, com vistas a conhecer melhor a realidade e o contexto em que desenvolve o processo de ensino no meio rural, e assim poder contribuir com esse processo buscando desenvolver no curso de Pedagogia reflexões que não se limitem apenas às belas ideias trazidas pelos autores, e sim analisando até que ponto tais propostas são realmente exeqüíveis tendo em vista as situações reais de nossas salas de aula.

Soma-se a estas questões o fato de o município de Bom Jesus da Lapa está localizado em uma região marcada por conflitos agrários³, e ter um número expressivo de pessoas ligadas aos movimentos sociais e sindicais de luta pela terra. Merece destacar que são os movimentos desta natureza que têm estado na linha de frente reivindicando, apresentando e desenvolvendo propostas de educação diferenciadas para os povos do campo.

As discussões aqui apresentadas trazem as angústias, os desafios e as utopias de professores e coordenadores que atuam em escolas localizadas no meio rural e que vivenciam no dia a dia as contradições do sistema educacional.

Um Pouco de História Sobre Bom Jesus da Lapa

Cidade conhecida pela expressividade religiosa fato que a presenteia com o lema “Capital Baiana da Fé”, Bom Jesus da Lapa é uma cidade situada à margem direita do Rio São Francisco e tem uma população de 62.199 habitantes, sendo que 20.494 moram no campo

³ Sobre a questão dos conflitos agrários ver Nascimento 1985, 2009, 2007 e 2010; BORNSTEIN, Claudio Thomas. Luta de Terra, Briga de Foice. Rio de Janeiro: Cátedra.

segundo o IBGE (contagem da população 2007). Dois fatos marcaram sua história: a ligação com o latifúndio e a difusão da religião católica. Com relação ao primeiro, é interessante saber que este município pertencia à sesmaria de Antonio Guedes Brito – O Conde da Ponte, o segundo maior latifundiário do Brasil. O segundo fato se dá com a chegada de Francisco Mendonça Mar em 1691, no espaço que vai ser o município de Bom Jesus da Lapa.

Existem várias versões sobre o nascimento da cultura mística e religiosa que envolve o personagem Francisco Mendonça Mar, a mais divulgada diz que ele, após viajar mais de duzentas léguas e enfrentar muitos perigos, inclusive onças, levando consigo duas imagens: uma do Senhor Bom Jesus e outra de Maria da Soledade, chega no morro que viria a se tornar o santuário de Bom Jesus da Lapa.

Na época, havia apenas alguns currais de gado e empregados de Antônio Guedes Brito e algumas palhoças de índios Tapuias. Tempos mais tarde, atraídos pelo clima místico do santuário, muitos devotos resolveram fazer suas moradias ao lado do morro. Hoje a cidade promove a segunda maior festa religiosa católica do Brasil – Romaria do Bom Jesus que acontece no final de julho (28) a início de agosto (06).

Esse município dista da capital do estado 800 Km e faz limite com os municípios de Riacho de Santana, Malhada, Paratinga, Sítio do Mato e Serra do Ramalho. Está localizado em uma região de clima sub úmido e semi-árido e tem como principais fontes de renda o comércio estimulado pela visita dos romeiros, a agricultura, a pesca ligadas dada a abundância de água do Rio São Francisco e o turismo também proporcionado pelo rio e pelo morro.

Conhecida pelo seu santuário, é elevada à categoria de vila em 1890 com o nome de Arraial de Bom Jesus da Lapa. É elevada à categoria de município em 18-08 do mesmo ano. Torna-se cidade com a denominação de Bom Jesus da Lapa pela lei Estadual nº 1682 de 31-08-1923, entretanto pelos decretos nº 7455 de 23-06-1931 e 7479 de 08-08-1931 passa a se chamar apenas Lapa. Pelo decreto estadual nº 9571 de 22-06-1935 o município voltou a ser denominado de Bom Jesus da Lapa.

O município tem um número expressivo de escolas localizadas no meio rural o que possibilita aos estudantes camponeses freqüentarem a escola no campo. Desde 2007 o município vem desenvolvendo ações com vistas a implantar um proposta de educação diferenciada para as escolas do campo, dentre elas podemos citar a realização de conferências municipais sobre temáticas relacionadas à contextualização do currículo e com vistas a apresentar e discutir o que propõem as Diretrizes Operacionais para a Educação Básica das Escolas do Campo; A inclusão nas jornadas pedagógicas de palestras e oficinas sobre o currículo para a Educação do Campo; A criação da Coordenação de Educação do Campo; Em

2011, realizou um encontro com os diretores e coordenadores das escolas localizadas no meio rural para apresentar e refletir sobre o Decreto --- de 2010; Nesse mesmo ano realizou concurso específico para as escolas do campo; Em 2012, a Secretaria Municipal de Educação, por meio da coordenação da Educação do Campo em parceria com a Universidade do Estado da Bahia – Campus XVII está desenvolvendo uma proposta de formação continuada para os coordenadores pedagógicos e diretores das escolas do campo.

Com isso percebe-se que o município não tem ficado alheio às reivindicações de uma proposta de educação diferenciada com vistas a contemplar as especificidades do modo de vida dos sujeitos que tiram o seu sustento do trabalho na agricultura.

Currículo da Escola no Campo: tensões entre o real e o ideal

Então o camponês descobre que, tendo sido capaz de transformar a terra, ele é também capaz de transformar a cultura, renasce não mais como objeto dela, mas também como sujeito da história.

(Paulo Freire)

A epígrafe acima chama-nos à atenção para algumas representações que a mídia, os livros didáticos e a sociedade como um todo tem feito do homem e da mulher do campos. Assim como a história tratou de silenciar esses sujeitos, a escola tem trabalhado numa perspectiva que provocado o distanciamento do estudante camponês do modo de vida no campo bem contribuído como a construção de uma identidade que o faz viver em conflito, às vezes consciente e às vezes inconsciente, com os demais membros da comunidade (BOURDIEU, 1997).

De acordo com Oliveira (2003) o processo de aprendizagem se dá nos mais diferenciados ambientes, e não, apenas exclusivamente na escola, e é nesse processo que temos construído nossa cultura e nossa identidade. Entretanto ao considerarmos o cotidiano como ambiente e fonte de aprendizagem, somos incitados a questionar a proposta de educação formal desenvolvida em nossa sociedade, uma vez que esta é pautada na dicotomia, na hierarquia entre o saber científico e os saberes não escolares. Isso porque,

“... os processos formais de aprendizagem estão dissociados dos processos cotidianos, como se no íntimo, de cada um de nós houvesse um “botão de desligar” separando a nossa vida fora da escola dos momentos que estamos sendo submetidos a aulas formais sobre conteúdos de ensino ou pelos processo subliminares de transmissão de valores sociais, também presentes nos espaços escolares, mas não só neles” (OLIVEIRA, 2003 P. 19).

Essa dicotomia entre o que se aprende e o que se vivencia no cotidiano e o que a escola ensina se torna mais acentuada quando se trata das minorias.

Frigotto (2005), chama à atenção para as conseqüências nefastas do capitalismo para a sociedade e uma delas é o domínio de uma nação sobre a outra e domínio de grupos sociais sobre outros, e nesse cenário a escola tem se posicionado de forma alheia a essa situação, ainda que, como todos sabem ela não é uma instituição neutra. A partir da inspiração dos postulados de Bauman (2005), cabe perguntar: será que esse comportamento é uma mera consequência do atual estágio de desenvolvimento e da organização da sociedade, ou isso tudo faz parte de um projeto muito bem arquitetado pelos grupos dominantes que não querem ver seu poder e seu território ameaçados?

Durante muitos anos a sociedade através dos seus instrumentos de veiculação de ideologia, e a escola é um desses meios, senão mais importante, tratou de silenciar os povos do campo, de mostrar sua cultura de forma preconceituosa e discriminatória e apresentar o campo como local de atraso e de impedimento ao desenvolvimento econômico do país. É preciso considerar que a escola é um espaço que tem intencionalidades construídas de acordo com o momento histórico e determinadas pelo modo de produção vigente, e esta intencionalidade como nos lembra a professora Maria do Socorro Silva (2009) reflete diretamente no currículo.

Para dar continuidade às discussões aqui propostas é necessário dizer qual a compreensão de currículo aqui utilizada e para tanto, usaremos as palavras de Silva (1996 p.23) que diz “o currículo é um dos locais privilegiados onde se entrecruzam saber e poder, representação e domínio, discurso e regulação”. Alguns autores como Sacristan (2000) ao tratar da discussão sobre currículo fala da existência dele em seis níveis a saber: currículo prescrito, currículo apresentado aos professores, currículo modificado pelos professores, Currículo em ação, currículo avaliado e currículo oculto. Outros autores falam da existência apenas de três níveis, a saber: Currículo formal, real e oculto, onde o primeiro nível refere-se ao que propõem as diretrizes, as disciplinas, os PCN dentre outros instrumentos normativos; o segundo está relacionado ao que acontece no cotidiano da sala de aula; por fim, o currículo oculto está relacionado com as aprendizagens que não aparecem previstas claramente no planejamento dos docentes.

A história da educação tem mostrado que na maioria das vezes o que está previsto nas Leis, nas Diretrizes Curriculares não são desenvolvidos na prática como foram previstos, e no que tange à Educação do Campo não é diferente.

O trabalho desenvolvido com coordenadores e diretores das escolas do campo em Bom Jesus da Lapa, possibilitou um contato mais direto com o currículo real desenvolvido nas escolas localizadas no meio rural, e perceber que, apesar dos esforços da Semed, dos educadores e do que traz a legislação, ainda estamos muito distante de podermos dizer que temos educação do campo no município uma vez que medidas que são imprescindíveis e que e que inclusive estão previstas na atual LDBEN e no Decreto 7.352/ 2010, como organização de um calendário diferenciado e de metodologias adequadas ao modo de vida e ao calendário agrícola, não foram tomadas como mostra os depoimentos abaixo:

“O calendário é todo alinhado no município” (Professora A e coordenadora de uma escola do campo) e,

“A gente trabalha no campo, mas com uma metodologia completamente urbana” (Professora B e coordenadora de uma escola do campo).

Soma-se a essa situação a representação que se faz do espaço rural e das pessoas que vivem e retiram da agricultura o seu sustento, isso influencia inclusive a escolha dos educadores. Os dados coletados mostram que são pouquíssimos os professores que vão trabalhar em escolas localizadas no meio rural por livre e espontânea vontade, alguns são obrigados por serem trabalhadores com contratos temporários adquiridos como indicação política, ou por falta de vagas em escolas na cidade ou próxima dela, e desse modo, o processo de adaptação se torna muito difícil como mostra o depoimento abaixo:

“Na minha adaptação na zona rural eu chorava, eu chingava...” (Professora A e coordenadora de uma escola do campo)

Nessas condições torna-se difícil os professores se identificarem como o modo de vida no campo, com os problemas locais e desse modo será quase impossível desenvolver um trabalho onde os estudantes percebam uma integração entre os saberes locais e os conhecimentos científicos.

Pensar, refletir e elaborar uma proposta curricular para as escolas do campo não é uma tarefa fácil, primeiramente porque a própria discussão e entendimento do que significa a palavra currículo no cenário educacional não é nada fácil. Segundo, porque quando começamos a elencar alguns elementos que devem estar presente em um currículo de escolas do meio rural nos deparamos com uma série de entraves, tais como: livro didático que só traz questões da vida urbana e quando traz alguma coisa sobre a vida no campo ou é na perspectiva do agronegócio ou é de modo pejorativo como é o caso texto “A Chácara do Chico Bolacha” presente em livros de português; outro problema é o fato de os professores

não conhecerem a discussão sobre educação do campo nem o que diz sua legislação, dentre outros.

Entendo que “o currículo é um espaço de poder, um campo de lutas, que esse é um espaço político” (SOUZA p.40), é preciso ter cuidado com o tipo de ideologia e de saberes por ele difundido. Considerando ainda que ele é um instrumento por meio do qual a sociedade tem acesso aos conhecimentos científicos que como diz Tadeu da Silva, quem tem conhecimento tem poder, devemos nos perguntar que tipo de conhecimento deve ser trabalhado pelas escolas do campo? Que metodologia deve ser utilizada? Qual o tipo ideal de avaliação? Essas questões devem ser respondidas conscientemente com vistas construir um currículo que possibilite aos camponeses a construção de ferramentas que possibilite o empoderamento desses sujeitos.

Essa preocupação, anteriormente apresentada, surge por diversos motivos e um deles é a luta para superar a visão defendida de que o verdadeiro saber bem como as melhores condições de vida estão no meio urbano e, que o campo é o lugar do atraso e, por isso, deve ser extinto.

Desde o período colonial até meados do século XX não havia uma preocupação com a necessidade de instrução do homem do campo, menos ainda com as formas como se dava esse processo. Isso acontecia porque para desenvolver o trabalho manual no cultivo da agricultura não era necessário um conhecimento elaborado, aprendido em uma escola, mas isso não significa que o agricultor não precise dominar saberes para desenvolver o seu trabalho, porém esses saberes podem ser adquiridos na convivência com outros camponeses e com a própria família.

A chegada do capitalismo e da modernidade no campo provocou a expulsão do agricultor familiar para outros espaços, especialmente para o meio urbano. Esses sujeitos expulsos do seu habitat sem uma qualificação, ao chegar à cidade não conseguem um emprego digno que garanta o custeio das necessidades básicas de sobrevivência e são obrigados a viver de subemprego ou a realizarem atividades pouco confessáveis, gerando problemas que afetam a toda a sociedade.

Nesse cenário, os camponeses expulsos de suas terras se organizaram em movimentos sociais e sindicais para reivindicar, dentre outros direitos, a posse da terra e também a reforma no latifúndio da educação. Vale ressaltar que eles não querem qualquer tipo de educação, eles reivindicam propostas educacionais que sejam capazes de possibilitar a construção de conhecimentos que sejam úteis tanto à vida no campo, caso ele faça a escolha de viver do cultivo da terra, quanto na cidade.

Para desenvolver uma proposta curricular que leve em consideração os aspectos citados acima é preciso desenvolver um trabalho diferenciado nas escolas do campo integrando saberes científicos, saberes locais e as necessidades da comunidade, respeitando os aspectos culturais da comunidade. Nesse processo os obstáculos que aparecem são inúmeros e diversos, dentre eles merece destacar a questão do livro didático usado pelos estudantes camponeses, uma vez que estes só trazem situações e discussões relacionadas ao modo de vida urbana ou questões relacionadas ao agronegócio. Essa preocupação é uma constante nos depoimentos dos professores e coordenadores das escolas do campo.

Quando se fala de livros didáticos específicos para o campo, uma metodologia e um calendário que respeite o modo de vida no campo, é preciso esclarecer que não queremos dizer com isso que agora vamos trabalhar só a realidade local do homem do camponês. O que estamos defendendo é a ideia proposta por Freire (2005), ou seja, desenvolver um trabalho pedagógico a partir da realidade, de modo a realizar um trabalho que realmente seja na perspectiva do currículo integrado.

Desafios Formação de Professores que Atuam nas Escolas do Campo

Por que falar de formação específica para o educador que atua nas escolas do campo? Não seria suficiente pensar uma proposta de formação docente e atender a todos? Para refletir sobre estas questões é preciso compreender que o Brasil é um país com várias culturas, com vários grupos com traços identitários específicos de cada um e desse modo é preciso pensar a educação e a formação dos educadores numa perspectiva multicultural.

O educador baiano Anísio Teixeira (1956), diz que quanto mais complexa é a sociedade maior será o erro se insistir na luta por unidade. Ele mostra que a sociedade marcha, em todos os seus segmentos, da “unitariedade para a diversidade”. Desse modo considerando a diversidade de culturas existentes, é preciso pensar em propostas de formação diferenciadas para atender e contemplar as especificidades dos diversos grupos culturais.

Ao defender uma proposta de formação diferenciada para os educadores, levando em consideração os aspectos culturais dos diversos grupos que serão sujeitos do processo formal de educação desenvolvido por estes professores, queremos com isso defender a ideia de igualdade e não, de dominação de um grupo sobre o outro. Em se tratando de Educação do Campo falar de uma formação docente diferenciada significa pensar em uma proposta que ajude a superar o estereótipo que acompanha a representação que se faz desse espaço.

É preciso pensar em uma escola que seja capaz de inserir em uma sociedade em constate mudança, porém construindo resistências quando necessário. É na perspectiva da resistência, do enfrentamento que precisa elaborar uma proposta de educação pensada junto com os camponeses de modo que eles não vejam-na como se fosse uma dádiva, haja vista que os camponeses têm o direito de serem protagonistas da construção de sua história, e nessa inclui o percurso formativo. Nesse sentido,

A escola, neste nível, longe de poder ser modelada seguindo antigos padrões acadêmicos, deve buscar os moldes na própria vida em comunidade, fazendo-se ela própria uma comunidade em miniatura, onde o aluno viva e aprenda as artes e relações da sociedade compósita e difícil de que vai utilmente participar. (TEIXEIRA, 1956 p. 26).

Ao falar da formação de educadores do campo não significa dizer que estamos defendendo uma proposta única, um modelo, pois conforme Alvarenga e Teodoro (2009 p.6) “não existe na profissão da docência um caminho único de formação. O professor se constitui, mesmo antes de sua formação inicial, no que diz respeito, entre outras coisas, à vivência diária dos espaços de ensino- aprendizagem formais e informais”.

O Processo de silenciamento a que esteve submetido o homem do campo e o modo como esse espaço era representado, sendo sempre visto como local de atraso, somado à supervalorização do meio urbano e tudo o que ele representa, a educação para os povos do campo nunca foi uma prioridade nas agendas políticas considerando o processo de dominação econômica e cultural do espaço urbano sobre o campo. Os processos formais de educação desenvolvidos para os camponeses, quer seja no lugar onde vivem, quer seja na cidade, sempre foram pautados nos parâmetros urbanos, até porque os aspectos culturais do campo, nessa visão dicotômica e urbanocêntrica deveriam ser superadas.

Desse modo não se cogitava pensar uma proposta diferenciada, que dentre outras coisas ensinasse ao futuro educador a desenvolver uma prática pedagógica mediada por conteúdos e saberes que ajudassem o camponês a tornar-se sujeitos, ao contrário do que vem acontecendo.

A ausência de política de formação que contemple as especificidades do modo de vida no campo tem influenciado diretamente no cotidiano da sala de aula como também no processo de construção da identidade do estudante camponês. De acordo com os relatos dos professores, uma das dificuldades de desenvolver um trabalho diferenciado nas escolas do campo está relacionado à ausência de conhecimento sobre esse espaço, como mostra o depoimento abaixo:

“O problema da educação do campo é a falta de conhecimento da realidade camponesa e, da própria discussão sobre a concepção de campo e de educação do campo” (Professora C e coordenadora de uma escola do campo).

O professor Antônio Nóvoa “advoga uma formação de professores construída dentro da profissão, isto é, baseada numa combinação complexa de contributos científicos, pedagógicos e técnicos, mas que tem como âncora os próprios professores mais experientes e reconhecidos” (NÓVOA p.09). É preciso que os cursos de formação inicial e continuada leve em consideração os aspectos sociais e culturais, afim de que esses educadores possam tornar-se capazes de desenvolver uma prática pedagógica que ajude as classes trabalhadoras e desprivilegiadas construir uma proposta contra hegemônica de sociedade.

Nesse processo a atuação da escola, por meio do processo de ensino pode desempenhar um papel fundamental, mas para isso é necessário contar com educadores qualificados. É preciso deixar claro que o uso do termo qualificado aqui não está relacionado apenas à ideia de um título de ensino superior, este faz referência também à capacidade de o educador desenvolver um trabalho socialmente relevante que proporcione uma articulação entre os saberes acadêmicos e os saberes locais. Desse modo os estudantes tornarão capazes de reconhecer as características culturais, sociais e econômicas do espaço onde está inserido, bem como compreender as relações nele estabelecidas e assim, conseguir inserir conscientemente e criticamente. Nessa perspectiva Arroyo diz que:

A questão da cidadania dos trabalhadores da cidade e do campo está intimamente relacionada com suas aspirações de liberdade política, de igualdade social, de direito ao trabalho, à terra, à associação, à saúde e à educação. Por outro lado, cresce a consciência em certas lideranças da necessidade de superar o caráter excludente da economia e do Estado e de incorporar as camadas populares em um projeto ao menos liberal. A velha questão do fracasso da instrução elementar do povo somente encontrará seu lugar neste novo contexto político e na nova correlação de forças na sociedade. (ARROYO, 1982 p. 05)

Pensar a política de formação do educador do campo é hoje um imperativo, a fim de evitar situações que gerem depoimentos como esse de uma educadora.

“Eu nem sabia que existia uma discussão específica sobre educação do campo, já até tinha ouvido falar das diretrizes da educação do campo, mas nunca tinha tido acesso”

O avanço do capitalismo e sua chegada no campo acompanhado do desenvolvimento tecnológico tem provocado a expulsão dos agricultores familiares de suas propriedades e os obrigam a buscar outras alternativas para sobreviverem e para sustentarem suas famílias, às

vezes migrando para o meio urbano outras vezes se tornando diarista ou trabalhador assalariado nas grandes fazendas.

Considerações Finais

Pensar uma proposta de formação docente e um currículo específico para as escolas do campo implica na necessidade de realizar uma série de mudanças no modelo de educação que estamos acostumados a estudar e a ouvir falar. Implica dentre outras questões, repensar a proposta de formação que tem sido oferecida aos professores que trabalham em escolas camponesas.

Ao compreender o currículo como um espaço de poder, percebemos que ele é um território em disputa, de modo que é preciso construir oportunidades iguais a todos os grupos que estão na batalha para dominar esse território. “Se ao produzir currículo, somos também produzidos, é porque podemos ser produzidos de formas muito particulares e específicas. E essas formas dependem de relações específicas de poder. Flagrá-las e identificá-las constitui, assim, uma ação fundamentalmente política” (SILVA, 1995 p. 194).

A história tem mostrado que apenas aqueles que detêm o capital financeiro, especialmente os que estão no meio urbano, estiveram em melhor posição na luta para dominar esse “território contestado”. Desde os Pioneiros da Escola Nova que a luta pela universalização da educação tem feito parte das discussões de teóricos e governantes, entretanto não colocaram no mesmo nível a questão da qualidade, e quando ela é mencionada tem como provocação a necessidade da qualificação de mão de obra, a qual é responsável pelo crescimento econômico do país. Os grupos minoritários e explorados pelo sistema capitalista têm se organizado para buscar uma educação de qualidade, na qual o termo qualidade signifique possibilidade de emancipação humana.

Durante esse primeiro semestre de desenvolvimento do curso de extensão “Educação e Suas Especificidades no Contexto do e no Campo: mapeando a realidade de Bom Jesus da Lapa, e a partir de dados coletados ao longo dos anos nos cursos de formação de educadores no município, percebemos desde 2008 a preocupação com a educação desenvolvida nas escolas do campo. Pode-se identificar uma série de ações nesse sentido, porém o caminho a ser vencido ainda é longo e cheio de obstáculos e, vencê-los não depende só da ação da Secretaria Municipal de Educação ou da boa vontade dos educadores, ao contrário é preciso que essa ação seja conjunta incluindo também os sujeitos camponeses que serão usuários

dessa escola, onde todos se comprometam com a construção de uma educação que como diz Freire sirva para “desenvenoar” os sujeitos.

Referências

ALVARENGA, A. M. e TEODORO. A. O Diálogo na Construção das Identidades Docentes: significados e caminhos para uma escola instituinte. In: Revista Brasileira de Formação de Professores- RBEP. Vol. 1, n.2 Set/2009.

ARROYO, M. G. Escola, Cidadania e Participação no Campo. IN: Em Aberto, Brasília, ano 1, n. 9, setembro, 1982.

BAUMAN, Z. Vidas Desperdiçadas. Trad. Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

BORNSTEIN, Claudio Thomas. Luta de Terra, Briga de Foice. Rio de Janeiro: Cátedra.
BOURDIEU, Pierre. A Dimensão do estado. In:_____ (Org). A Miséria do Mundo. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

FREIRE, Paulo. Pedagogia do Oprimido. 44ª Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

_____. Política e Educação: ensaios. 5ª ed. São Paulo: Cortez, 2001.

_____. A Importância do Ato de Lê: em três artigos que se completam. São Paulo: Autores Associados: Cortez, 1989.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Estruturas e Sujeitos e os Fundamentos da Relação Trabalho e Educação. In: LOMBARDI. J. C, SAVIANI, D. e SANFELICE, J. L. (Orgs). Capitalismo, Trabalho e Educação. 3 ed. Campinas-SP: Autores Associados, 2005.

NASCIMENTO, Antonio Dias. Acre: uma história de lutas. In: Caderno do CEAS nº 65 jan/fev de 1980. Salvador-BA. 1980.

_____. Organização de Base: Reinvenção da Participação Popular. Salvador. UFBA, 1985. (Dissertação de Mestrado).

_____. Os sujeitos da Educação do Campo e Processo civilizatório: subsídios para reflexão. In:DIAS, A. A, MACHADO, C. J.S, e NUNES, M. L. S (orgs). Educação, Direitos Humanos e Inclusão: currículo, formação docente e diversidade socioculturais. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2009.

_____. Movimentos Sociais Rurais, Quarenta Anos Depois. In: _____. & HETKOWSKI. Org. Memória e Formação de Professores. Salvador: EDUFBA, 2007.

_____. Construindo Trincheiras em Território Minado: a educação no movimento sindical dos trabalhadores rurais sob o fogo cerrado da linha dura e do governo da distensão – o caso da Bahia nos idos dos anos de 1972 a 1990. In: Revista da FAEBA: educação e contemporaneidade / Universidade do Estado da Bahia, Departamento de Educação.v. 19, n.34, jul/dez. 2010. Salvador: UNEB, 2010.

NÓVOA, Antônio. Para uma Formação de Professores Construída Dentro da Profissão. Mimeo.

OLIVEIRA, Inês Barbosa. Currículos Praticados: entre a regulação e a emancipação. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

SACRISTÁN, José Gimeno. Currículo: uma reflexão sobre a prática. Porto Alegre: Artimed, 2000.

SILVA, José Graziano. A nova Dinâmica da Agricultura Brasileira. Campinas- SP:Unicamp. IE, 1996.

SILVA, M. S. Tentativa de Construir uma Teoria Pedagógica Sistêmica para Impregnar o Mundo de Sentido: Saber, Querer, Sentir e Poder. In: LUNAS, A.C. ROCHA, E. N. (Orgs.). Práticas Pedagógicas e Formação de Educadores(as) do campo. Brasília: Dupligráfica, 2009.

SILVA, Tomaz Tadeu. Currículo e Identidade Social: Territórios Contestados. In: _____. Alienígenas na Sala de Aula: uma introdução aos estudos culturais em educação. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.

TEIXEIRA, Anísio. Educação e a Crise Brasileira. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1956.